

UBI



Universidade da beira interior
Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura

Dissertação / Projecto de mestrado

[NÚCLEO INTERPRETATIVO DA EXTRAÇÃO MINEIRA]

Discente: Maximino Miguel Tavares Bidarra

Docente orientador: Prof. Doutor Arq. Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes

Docente co-orientador: Prof. Doutor Arq. José Justino de Matos Barros Gomes

Índice

Agradecimentos	4
Introdução	5
Gonçalo	6
Localização	6
História	7
Património	20
Produção de Cestos	21
Indicadores demográficos	25
A Draga	27
Localização?!	30
Possibilidade 1	30
Possibilidade 2	32
Triângulo museológico	34
Remodelação / Reabilitação	36
Existente	37
Edifício 1 - Garagem	39
Edifício 2 – Casa do encarregado	39
Edifício 3 – Casa da GNR	39
Edifícios 4 e 5 – Escritórios	40
Edifício 6 – Instalações sanitárias e Adega	40
Edifício 7 - Oficinas	40
Edifício 8 – Armazém	41
Edifício 9 – Pombal	41
Proposto	41
Acabamentos	45
Estrutura	45
Coberturas	45
Alvenarias / Isolamentos	46
Acabamentos exteriores	46
Caixilharias Exteriores	47
Portas exteriores	47

Portas interiores.....	47
Acabamentos interiores	48
Pavimentos	48
Guardas e corrimãos.....	48
Tectos e Iluminação	49
Equipamento.....	49
Arranjos exteriores	49
Iluminação exterior	49
Listagem de peças desenhadas	50
Anexos	51
Bibliografia	52
Livros.....	52
Catálogos.....	52
Locais	52

Agradecimentos

Queria agradecer a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram na realização deste trabalho; à Câmara Municipal de Belmonte, Arquivos Municipais de Belmonte e Guarda e Junta de Freguesia de Gonçalo pelo tempo que me concederam, pelas informações preciosas que me transmitiram e pela prontidão com que me forneceram os documentos necessários à realização do presente trabalho.

Ao senhor José Leal e ao senhor Agostinho; obrigado aos dois pelas horas de conversa.

À Dona Maria Rosa, dona do terreno do projecto; ao senhor Aires, ao João, aos meus amigos Hélder, André Gonçalves, Marcelo, André.

Também à minha família que me incentivou em especial ao meu irmão Carlos Bidarra, à Raquel e à Marlene.

Finalmente, ao Professor Doutor Arquitecto Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes pela sua orientação e ao Professor Doutor Arquitecto José Justino de Matos Barros Gomes pela sua co-orientação na realização do trabalho.

As minhas desculpas pelo tempo que lhes roubei. A todos “bem hajam”.

Introdução

Refere-se a presente Memória Descritiva e Justificativa do projecto de remodelação/reabilitação das casas da companhia, sita na freguesia de Gaia, concelho de Belmonte, distrito de Castelo Branco.

Este trabalho surge da necessidade de expor e dar a conhecer a vida de outros tempos na zona do vale da ribeira da Gaia, no que diz respeito à exploração mineira – as antigas “Draga Americana” e “Draga Brasileira” que empregaram grande parte dos habitantes da zona antes do apogeu da cestaria que se notou sobretudo na vila de onde sou natural, Gonçalo. Trata-se de uma vila do Distrito da Guarda que, embora não muito divulgada, tem um vasto e valioso património histórico.

O artesanato em vime e verga é uma referência nacional desta vila que é conhecida em todo o país como o “berço da arte”. Embora seja esta a arte de que mais gente se lembra, com toda a certeza pela menor longevidade temporal; talvez também pelo facto de ainda se praticar, embora em quantidade menor e mais pontualmente, em garagens ou pequenas fábricas que lembram a antiga cooperativa dos cesteiros onde trabalhavam grande parte das gerações mais próximas, os nossos pais. Diz-se em Gonçalo que “cesteiro que faz um cesto faz um cento, dêem-lhe vime e tempo.”

Ora, como a cestaria só surgiu na década de 70, torna-se pertinente tornar presente tempos mais remotos, o tempo em que os nossos avós viviam da exploração mineira no seu esplendor; a antiga “Draga” que se desenvolveu em duas fases desfasadas cronologicamente, a “Americana” e a “Brasileira”, era nesse tempo a principal fonte de trabalho de toda a zona; pela sua dimensão e visibilidade.

Gonçalo

Localização

Na estrada que liga a Guarda à Covilhã, um pouco antes de Belmonte, encontra-se um pequeno desvio que dá acesso à Vila de Gonçalo, sede de uma freguesia situada no limite Sul do Município da Guarda. Aí, a um pouco mais de seiscentos metros de altitude, Gonçalo domina a planície onde sinuosa a Ribeira da Gaia corre num leito cascalhento e remexido pela intensa actividade mineral que até há pouco tempo ali se desenvolveu. O rio Zêzere encontra-se a aproximadamente cinco quilómetros para Sul e é lá que a Ribeira desagua, definindo um vale, amplo e fértil, que anuncia já a Cova da Beira. Acima de Gonçalo, a Serra da Estrela cobre-se de pinhais que substituíram os pastos que, outrora ocupavam os baldios.

Mas, em Gonçalo, não é a agricultura, a pastorícia ou a silvicultura que melhor definem a economia deste lugar, ou se encontram no centro da memória afectiva com que se constrói o sentido de pertença e se partilham identidades, Gonçalo que é como quem diz, terra de cesteiros. É que, em Gonçalo todos sabem fazer cestos. Em Gonçalo, mesmo quem não é cesteiro sabe fazer cestos. Em Gonçalo, mesmo quem tira um curso superior sabe ainda tudo da arte da cestaria. Em Gonçalo, mesmo, os que emigraram, mesmo os que “andaram no minério” ou foram para as “confecções”, de Belmonte ou da Covilhã, continuam a ser cesteiros, senão no ofício, no afecto e no orgulho com que continuam cesteiros da terra.

Devido à sua importância e ao seu dinamismo no contexto da região, o Governo da República Portuguesa decidiu atribuir à aldeia de Gonçalo o estatuto de Vila no dia 21 de Junho de 1995.

além disso, muitas “zonas brancas”, demasiados períodos ligeiramente estudados, e que, por isso, se vão adiando hipóteses que exigem tempo de estudo e investigação, paciência e uma grande dose de persistência.

O maior património histórico de Gonçalo é, sem dúvida alguma, a cestaria, actividade milenar que as suas gentes souberam e conseguiram perpetuar ao longo dos séculos e redescobri-las nos séculos XIX e XX.

A nossa freguesia (elevada a essa categoria no século XVII), embora não sendo particularmente rica em património histórico monumental; possui para tal como todas as outras, a sua história, o seu percurso ao longo dos séculos, quiçá de milénios, percorreu indubitavelmente períodos, uns melhores que outros, uns registados, outros nem por isso. Assim, o que realmente nos importa aqui, não é a história dos homens insígnies. Certamente que não o teriam sido, sem aquela massa humana de milhares de indivíduos, de vidas simples, sem nome, nem registo, mas cuja força e vontade provocaram transformações, produziram acções e fizeram a história de um povo, de uma nação, de um país. São estas acções que tentaremos de alguma maneira reviver agora, no seu todo.

Poder-se-ia pensar que a origem do nome Gonçalo provém dos termos germânicos “gundi” e “salvus” (este já latinizado). “Gundisalvus” seria o valente em combate, o valoroso na guerra. Todavia não se encontraram, em Gonçalo, quaisquer vestígios da presença dos povos bárbaros que invadiram o Império Romano que ocuparam e viveram na Península Ibérica entre 409 e 711. Suevos, Alanos e Vândalos primeiro, a que se seguiram os Visigodos que, submetendo gradualmente os povos invasores que os haviam antecedido dominaram toda a Península. É verdade que a nossa zona foi ocupada primeiro pelos Alanos e depois pelos Visigodo, e há até historiadores que mencionam registos dos primeiros em Valhelhas. Também é verdade, que na nossa região se vão encontrando vestígios destes povos, caso da lápide visigótica na aldeia dos Açores, a referência da “ward” visigótica à Guarda, achados que aqui e ali de moedas, para já não falar da Egitânia Visigótica na Idanha-a-Velha. Tudo isto leva a crer que estes povos por cá passaram, não se sabendo ao certo o

grau de intervenção e transformação que provocaram, pelo menos na nossa zona.

De qualquer maneira, pensa-se que a origem do nome Gonçalo se deve a um homem, talvez um mestre da Ordem Militar de Alcântara (antes conhecida por Ordem do Pereiro), um Gonçalo Perez (séc. XIV) ou Gonçalo Martinez (14^o mestre), ambos mestres destas ordem militar à qual pertenceu a comenda (rendas eclesiásticas) do concelho de Valhelhas até 1385 (D. João I), na qual estava integrado Gonçalo (termo de Valhelhas) que, na época e até D.Manuel, seria conhecido por “outeiro”, conforme referência no foral novo de Valhelhas em 1514. Este nome – outeiro - é sem hesitação o nome dado à localização do aglomerado populacional que existia na colina, na pequena elevação, hoje sem população que se espalhou por toda a área Sul/Sudoeste e mais tarde, a Oriente onde hoje se encontra a povoação, a designação ficou sem sentido, sendo substituída, na falta de melhor, pelo nome do senhor - Gonçalo ou Gonzalo – nome aliás bastante comum na Idade Média Peninsular.

O “castelo dos moiros” que nada tem de árabe, sendo apenas uma designação atribuída pelas populações que desconheciam o povo que aí tinha vivido, tal como castelão, casteleio e até “casa da moira”, é um castro de Idade do Bronze, ocupado inicialmente por volta do primeiro milénio antes de Cristo e que consiste num pequeno aglomerado de construções circulares e ovaladas, em pedra, com bancos em toda a volta das paredes interiores e com uma lareira central. A cobertura seria de colmo (fibras vegetais). Estas construções estavam rodeadas de muralhas e dependendo da importância do castro, por uma ou mais cinturas. De facto, ainda existem alguns vestígios destes muros no “castelo dos moiros”, tal como fragmentos de cerâmica utilizada no dia-a-dia dessas populações. Talvez se pudesse obter mais informações se o castro fosse submetido a uma escavação arqueológica, embora os seus terrenos tenham sido lavrados e cultivados e por isso, destruídos os vestígios originais. Desconhecendo-se inclusive se as populações residentes na área alguma vez encontraram e recolheram vestígios.

As populações do castro teriam mais tarde sofrido invasões de natureza indo-europeia e posteriormente céltica, não se sabendo ao certo quer a

quantidade de indivíduos que se juntaram, quer consequentemente o grau de transformações provocadas com esta nova cultura, à excepção do aparecimento de novos ritos funerários e de um novo metal, o ferro. Deste caldeamento resultaram os povos hoje conhecidos globalmente como Celtiberos, que foram desenvolvendo formas de vida própria, sem contudo se distinguirem completamente entre si, dando origem aos Lusitanos, Célticos, Galaicos, Vetões, entre outros.



Resto de caminho romano; fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>

É rara a povoação do distrito da Guarda cujas origens não esteja relacionada com a cultura castreja. O nosso castro do “castelo dos moiros” teria sido ocupado por centenas de anos até, provavelmente, à conquista romana. E a sua população teria integrado a “grande nação lusitana”, os “lusitani”. Designação genérica que parece abarcar um conjunto diversificado de comunidades e povos, aparentemente independentes uns dos outros, mas com a mesma base étnica, que ocuparam o centro de Portugal entre o Douro e o Tejo, a entrar pelo território espanhol; dos quais felizmente os romanos nos deixaram algumas informações, ainda que insuficientes.

A sua economia baseava-se predominantemente na criação de animais – cabras, ovelhas, bois, porcos e cavalos, cuja carne, leite e seus derivados aparecem como base de alimentação e principal fonte de riqueza e as peles como meio de intercâmbio a serem trocadas por cerâmica, sal e utensílios de metal, ale de utilizados no vestuário e fabrico de armas. Já utilizavam o arado,

também cultivavam o trigo, a cevada, o centeio, a vinha e o linho. Bebiam uma espécie de cerveja e pouco vinho. Actividades como a tecelagem, a olaria e naturalmente a cestaria estariam presentes na vida quotidiana dessas populações e, nesta conformidade, os cestos em fibras vegetais abundantes na zona faziam parte dos seus utensílios para transportar e armazenar produtos e alimentos. É possível que as populações do castro do “castelo dos moiros” antes da chegada dos romanos, fizessem parte dos lancienses; povo referido pelos romanos na ponte de Alcântara (Tejo) que habitava a norte de Idanha-a-Velha. Ou talvez Taporos, povo presumivelmente instalado na vertente oriental da Serra da Estrela. Ambas as hipóteses são apenas suposições com algum fundamento. De qualquer maneira estes povos e a nossa região sofreram a invasão e ocupação romana durante cerca de seis séculos.

Um documento de 1758 do padre António Rodrigues Leitão, em resposta a um inquérito do rei D.José, refere a existência de *“uma estrada a que chamam de Viriato”* a poente de Gonçalo com um comprimento, na altura, já só de apenas 300 a 400 passos e que se dizia atravessar toda a Serra da Estrela até Celorico. É sem dúvida uma estrada romana, tal como os vestígios de uma outra perto do chamado carvalho grande. Para além disso, é inegável a descoberta nos meados do século passado, de uma *“villae”* romana na margem sul da estrada para a cruz da pedra, na qual encontraram vestígios de alicerces, bastantes restos de cerâmica, objectos em vidro e uma construção a que chamaram de forno (desconhecendo-se o paradeiro desses vestígios). De facto em toda a zona, de Sul a Poente do castro, encontramos, ainda hoje vestígios de cerâmica, designadamente as *“tegulae”* e *“imbrices”*, para além de outra mais fina e rica de uso quotidiano.



Estrada romana adulterada que ligava o “Carvalho Grande” (Gonçalo) a Centum Celas (Colmeal da Torre); fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>



Estação Arqueológica das Quintas da Srª da Misericórdia onde se pode ver a olho nu pedaços de tégula (parece telha ou tijolo grosso), sinal de antiga civilização;
Fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>

O padre António Rodrigues refere ainda que *“há nesta terra em grande campo (...) distância de meia léguas umas valas bastante fundas e em partes alguns montes de terra levantados em altura de dois homens (...)”*; ainda presumindo serem de exércitos. Podemos entender aqui três fortes razões para esta suposição. Primeiro porque passava bem perto uma das grandes vias imperiais mandada construir por Augusto, que ligava a capital da Lusitânia (Mérida) a Bracara (Braga), passando por Cáceres, ponte de Alcântara, Egitânia, “Centum Cellae”, Catraia, Valhelhas, Famalicão (serra dos Bois), Assedace, Galhardos, Mangualde e Viseu – facilitando a movimentação das

tropas; depois porque o vale de Gaia era rico em metais, explorados por eles conforme a sua indicação, tal como a utilização dos cestos, e por último, não esqueçamos que o vale do Zêzere na nossa zona é uma porta de entrada para o “Mons Herninius”, último reduto dos lusitanos que era necessário conquistar e pacificar. Lamentavelmente estes vestígios jamais se poderão comprovar, pois terão desaparecido para sempre, por via da extração de metais levadas cabo pelas chamadas “dragas”, que revolveram no século passado todo o vale da ribeira da Gaia. Duas importantes conclusões hão-de retirar-se destes apontamentos: Gonçalo teve origem no castro, cuja denominação primeira foi de “outeiro” e a sua população indígena foi obrigada pelos romanos a descer para o vale próximo a Sul/Sudoeste, de terras mais férteis e mais próprias para a agricultura, deslocando-se em seguida para o local onde hoje se situa, ainda durante a dominação romana. Este movimento e respectiva data não estão ainda completamente esclarecidos e uma intervenção arqueológica nestes locais não seria de todo despojada de sentido.



Terreno agrícola onde houve ouro enterrado; Fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>

No século XII, em 1188, o rei D. Sancho I atribuiu carta foral a Valhelhas, constituindo um conselho a partir das terras da coroa. Esta comunidade era formada pela vila de Valhelhas e seu termo (arredores), abrangendo os lugares de Famalicão, Gonçalo (outeiro na época) e Sarzedo. O conselho gozava de alguma autonomia e organização própria, pois possuía uma assembleia de “homens bons”, formada por proprietários e comerciantes mais ricos, que elegiam ente si, anualmente, os seus magistrados que aplicavam a justiça e cobravam impostos; administrando portanto essa comunidade. A fundação de

um concelho na nossa zona, constituído pelas três povoações á volta de Valhelhas, poder-nos-á levar a pensar que poderia ter existido anterior mesmo á nacionalidade, alguma forma de coesão, de ligação “institucionalizada” entre esses povos, quer fossem meramente consanguíneos, de defesa, ou formação de grupos para incursões de pilhagens a terras mais ricas. Talvez estes povos “lusitani” tivessem criado uma espécie de cintura de defesa a Valhelhas constituída pelos castros desses três lugares. É de crer que os romanos tivessem mantido essa ligação (física e institucional), visto não estar definitivamente colocada de lado a hipótese de estabelecimento de um pequeno município romano, uma certa “civitates” nesta zona, aproveitada depois pelo segundo rei de Portugal aquando da atribuição do foral. Estas quatro povoações estabelecerem fortes ligações entre as suas populações, apresentando um percurso histórico comum de milénios. Cinturas de defesa, várias famílias patriarcas do mesmo sangue, povos da mesma “gentilitas”, formariam eventualmente uma “gens” o certo é que atravessaram toda a romanização, formaram concelho que percorreu toda a idade Média e Moderna, extinguiram-no em meados de século XIX para virem a integrar o lado Sudoeste, do actual conselho da Guarda. Viveram e sentiram, portanto, os mesmos problemas ao longo de milhares de anos e desconhecem a razão do fraco aproveitamento deste património comum. Logo após a atribuição de carta foral a Valhelhas e seu termo, D. Sancho I atribuiu a comenda (benefícios eclesiásticos dados a clérigos e leigos, como recompensa de serviços prestados) de Valhelhas (das igrejas do conselho, incluindo a do lugar de Gonçalo) á ordem militar de s. Julião do Pereiro, mais tarde de Alcântara.

Embora exista alguma controvérsia á volta desta comenda, visto aparecerem documentos da época que falam da comenda de Valhelhas e seu termo pertencente á ordem dos Templários e á de Avis, parece que a comenda pertenceu sempre à ordem de Alcântara até D. João I (1384) e que, após voltado á coroa por traição da ordem militar que participou na batalha de Aljubarrota ao lado do rei de Castelo, a doou logo de seguida a nobres, o segundo dos quais, Álvaro Gil Cabral (alcaide da Guarda), participou nas lutas contra Castelo. Supõe-se que esta polémica tenha origem, quer num empréstimo que a ordem de Alcântara contraiu á dos Templários e extinta esta

á de Avis, e por penhor foi dada a comenda de Valhelhas que, após pagamento lhe foi restituída, quer a alguma confusão á volta dos nomes dos mestres dessas ordens, proveniente de má interpretação das fontes históricas. O foral de Valhelhas e seu termo atribuído por D. Sancho I, foi confirmado mais tarde em 1215 pelo filho, o rei D. Afonso 11. D. Manuel na reforma dos forais, em 1514, torna a confirmá-lo mantendo inalterado o seu termo – lugares de Famalicão, Gonçalo e Sarzedo. A partir de D. João I a comenda muda de mãos com alguma frequência entre a nobreza, mas quase exclusivamente entre a família dos Cabrais e dos Castros, pelo menos até finais do século XVI, quando é atribuída aos condes de Castelo Melhor, designadamente em 1584, ao 10º conde, Rui Mendes de Vasconcelos, até início do século XIX (1811), pois volta de novo aos bens da coroa. Estes senhores, primeiro eclesiásticos e mais tarde do concelho pouco ou nada influenciaram a sua vida, a maior parte deles limitava-se a recolher as rendas, sem contudo sequer as visitar. De facto, tais benefícios não eram permanentes e não raras as vezes o rei as retirava para as doar logo de seguida a outros. Relativamente á cestaria, se ela foi como temos a certeza, bastante aproveitada pelos romanos – Catão afirmava que em cada quinta (“villae”) devia haver entre várias culturas e árvores, os salgueiros, para se fabricarem cestos – até mesmo na extracção, transporte e lavagem dos metais em todo o vale da Gaia – lembremos que até há bem pouco tempo os metais apareciam á superfície – é de admitir que durante toda a idade Média a produção de cestos, pelo menos para o consumo próprio e como complemento das actividades agrícolas, se materializasse. Os habitantes de Gonçalo faziam-nos porque necessitavam deles quando um se inutilizava substituíam-no por outro novo, não para ser vendido ou trocado, pois seriam escassos os cestos construídos com fins meramente comerciais. É claro que existe alusão nos forais de Valhelhas e mercados e açougues, mas sem informação sobre os cestos, aqui, ou no pagamento de taxas e impostos. Efectivamente não seria uma mercadoria nem teriam grande significado nas actividades económicas da época, pelo menos na nossa zona. Naturalmente que se utilizavam no transporte e armazenamento de produtos, fundamentalmente nas actividades agrícolas e domésticas. Mas a sua produção não estaria ainda. Para além disso, a moeda era rara, nos meios rurais e nos estratos sociais baixos. Em

meados do século XVIII, mas já provavelmente no século anterior, a freguesia de Gonçalo possuía uma razoável dimensão. Assim, em 1758, apresentava cerca de 260 fogos, enquanto o número de habitantes rondava os 597.

Alguns documentos afirmam que ainda não existia mercado para a cestaria, se o houvesse, seria ocasional e em troca directa para satisfazer as necessidades mais imediatas de alguém que os não soubesse fazer. Até á data, não existia sequer menção de feira no concelho; mercado e açougue; Da mesma maneira que nada se fala da ribeira da Gaia e do rio Zêzere relativamente a eventuais fibras vegetais (salgueiros) que se pudessem cultivar ou simplesmente colher para o fabrico dos cestos. O que também nos leva a reflectir se os cestos não poderiam ter sido feitos (e não só nesta época), por exemplo, com a palha de centeio, já que era a principal produção da freguesia e nada o contaria com a matéria-prima; aproveitamos para referir, que, por existir alguma ligação a Gonçalo acerca da introdução deste artesanato na ilha da Madeira, os reclusos da cadeia do Funchal produziam cestos em palha de centeio, em finais do século XIX. Com alguma probabilidade, na época dos castros e seguintes, um dos materiais utilizados seria o junco, fibra vegetal fácil de trabalhar e que existiria em grandes quantidades. Mas quanto ao salgueiro e para já não falar do vime, nada ou muito pouco se sabe ao certo. Portanto este tipo de cestaria que sempre se terá feito em Gonçalo até finais do século XVIII, é complementar à actividade agrícola, tanto mais que mesmo nos anos 40 e 50 do século XX, os cestos, afirmam-no muitas vezes os nossos cesteiros, nem sempre são fáceis de vender, enquanto os lucros da venda desta produção nem sempre davam para o sustento da família, sendo necessário muitas vezes, nas feiras, recorrer-se à troca directa com outros produtos.

A economia da freguesia de Gonçalo, neste século, em termos gerais e um pouco superficiais, baseava-se na agricultura, fundamentalmente nos cereais, sobretudo o centeio, menos milho e ainda menos trigo; para além disso, produzia-se muita castanha e colhiam-se muitos frutos (não se sabendo quais). O feijão, a oliveira (azeite) e a vinha (vinho) também se cultivam com alguma extensão. Na encosta da serra, cultivava-se a castanha e o centeio, existia a criação de gado, sobretudo de cabras e de ovelhas, enquanto o coelho, a

perdiz, o javali e a corça (mais raros), eram animais selvagens que por aí se caçariam.

A actividade artesanal da cestaria, tal como hoje a conhecemos – profissão a tempo inteiro e independência de qualquer outra actividade económica – inicia-se, sem grande margem de dúvida, em finais do século XVIII, talvez com maiores probabilidades em princípios do século XIX. Os assentos de nascimento das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX revelam que os pais das crianças baptizadas são na maioria cesteiros, número o que vai diminuindo à medida que nos aproximamos do início do século. Embora esta investigação esteja ainda a decorrer e os dados entretanto obtidos não sejam ainda suficientes, podemos para já retirar algumas conclusões válidas, entre as quais se nos afigura credível que para existir tão grande número de cesteiros - que pensamos ser a tempo inteiro, logo como uma profissão única – em meados do século XIX, terão de ter aprendido com os pais, sendo provável que também os avós tenham sido cesteiros, o que nos leva ao início do século. Assim, para que uma profissão ou actividade económica, por muito pouco sustentável que seja em termos económicos, possa manter o trabalhador, para já não falar da família, terá de existir, pelo menos um pequeno mercado capaz de absorver a produção, por muito pequena que esta seja. Esse mercado existiu, pelo menos a partir do século XIX.

A reforçar esta tese, temos uma das hipóteses adiantadas para introdução da manufactura da cestaria na ilha da Madeira, nos princípios desse século. O senhor da comendo de Valhelhas e do seu termo, logo também de Gonçalo, D.Afonso de Vasconcelos, filho do conde António José de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga, 9º conde da Calheta e 2º marquês de Castelo Melhor, visita a ilha e leva consigo uma comitiva na qual se encontram cesteiros de Gonçalo que ensinam essa actividade a alguns naturais. Portanto parece-nos estar confirmado a existência de alguns cesteiros a trabalharem a tempo inteiro, em Gonçalo, a partir de inícios do século XIX.

É também em meados do século XIX que, segundo a tradição não só de Gonçalo, mas também corroborados pelos Madeirenses, um natural de Gonçalo, cesteiro, de nome Joaquim Diogo, foi recluso na penitenciária do

limoeiro e teria ensinado a arte da cestaria a um natural de Camacha que a teria levado para a ilha. Efectivamente, existe uma família Diogo, em Gonçalo, ao longo do século XIX, mas não está ainda confirmado a sua eventual ligação com o referido recluso, nem a sua prisão no limoeiro.

Não esqueçamos que é no século XIX que nasce uma nova ordem económica e que a segunda metade é sobretudo a época do liberalismo económico e da Revolução Industrial em Portugal. Após a eliminação de um conjunto de bloqueios que se arrastam de finais da Idade Média, caso da abolição de tributos e imposições dos velhos forais, como os direitos banais e as portagens, ou como a extinção da “Casa dos Vinte e Quatro”. Lembramos que o primeiro código comercial português aparece em 1833. Por tudo isso, os transportes desenvolvem-se, o campo fica mais perto dos centros urbanos, o comércio aumenta, a vida quotidiana, quer dos campos, quer das cidades, altera-se. Enfim, toda a vida social e económica modificou-se profundamente em Portugal. O artesanato da cestaria, em Gonçalo e quem sabe noutros lugares, acompanhou esta transformação.

Relativamente à última metade do século XVIII, tudo indica que possam já existir cesteiros, mas não a tempo inteiro, especializados nestes trabalhos. De facto é ainda demasiado cedo para encontrar cesteiros especializados nestes trabalhos, sem terem necessidade de recorrer a outras actividades económicas. Pensa-se que o seu número comece a aumentar a partir de algo que ainda se desconhece e que tenha contribuído de alguma forma para a especialização de Gonçalenses nesta arte. Não importa tanto referir, quando começaram os trabalhos, mais especializados, da cestaria em Gonçalo. Até porque parece, como já foi referido anteriormente, que tal, terá acontecido na passagem do século XVIII para o século XIX. Mais importante ainda é conhecermos como e porque é que este tipo de cestaria surgiu em Gonçalo. Como é que se processou este movimento, teria sido de fora para dentro, ou de dentro para fora? Produto da Revolução ou apenas um dos seus elementos? Foi a partir de uma família, ou de um grupo delas já habituadas à produção de cestos? Porquê em Gonçalo, e o que está por detrás do seu

aparecimento especializado? Estas são interrogações que com certeza se vão tentando pesquisar.

Chegados ao século passado, a manufactura da cestaria não pára de crescer, é um movimento ondulante, mas sempre em crescente, o cesto produto artesanal, em oposição ao industrial, valoriza-se, os cesteiros crescem, engrossam as oficinas familiares, o seu número aumenta, a produção incrementa-se e desenvolve-se, os modelos alteram-se, reconfiguram-se, os mercados crescem e alargam-se. O mercado nacional foi largamente alcançado. O internacional, sobretudo o europeu, abre-se. A cestaria gonçalense está em fraca expansão. Os anos 60 e 70 são o auge, os anos de ouro dos cestos em Gonçalo. É nesta época que surge a Vergal, depois a Vimarte, fruto da associação de vários cesteiros que já tinham oficinas onde trabalhavam cerca de uma dezena de cesteiros. Desperta de igual forma um ténue movimento sindical que acaba por desaparecer. A tradicional oficina surge provavelmente em meados da primeira metade do século XIX e começa por ser um espaço no rés-do-chão da casa, onde apenas trabalha o cesteiro e que depois se vai alargando aos restantes membros da família e assim progressivamente a outros cesteiros de fora do agregado familiar, tenham ou não laços familiares. Este movimento crescente acaba por desembocar nas “manufactureiras” da Vergal e da Vimarte, onde chegam a laborar 200 e mais operários. Em 1967, em Gonçalo habitam cerca de 2000 pessoas, sendo mais de 500 cesteiros, quer a trabalharem por conta própria, quer por conta de outrem, em pequenas, médias ou grandes oficinas. Nesse ano de 1967, segundo o testemunho de um Presidente da Junta que era cesteiro, bem perto de 400.000\$00, só em nome da estrangeira, entraria todos os meses nos cofres de Gonçalo, pese embora a concorrência que já se começava a verificar com a produção da ilha da Madeira. Os anos 70, sobretudo os últimos anos da década, iniciaram um processo de desaceleração do desenvolvimento das décadas anteriores, com o esgotamento deste sistema de produção que se torna incapaz de concorrer com o mercado estrangeiro (sobretudo o espanhol) e a ilha da Madeira, recriar modelos dos preços, abrir novos mercados, modernizar a gestão e a administração das oficinas, reinventar espaços e

instrumentos do trabalho, enfim, adaptar-se a uma nova transformação profunda da economia, já não só nacional, mas sobretudo mundial.

Património

Embora não sendo uma vila com castelos e outros monumentos importantes, Gonçalo apresenta-se como uma vila de grande património histórico e arquitectónico. Basta para tal olharmos para a beleza da sua igreja matriz, com altar-mor em talha barroca ou mesmo para os detalhes de portas e janelas que abundam por essas ruelas estreitas que compõem a parte mais antiga da Vila.

Temos ainda capelas de variados estilos como a do Calvário da Misericórdia ou mesmo a do Espírito Santo. Encontramos na Vila de Gonçalo muitas varandas em granito bem trabalhado e com grades de ferro forjado. Algumas destas varandas são autênticas obras de arte e simbolizam a condição económica e social de alguns moradores gonçalenses do século passado.

Outras riquezas da Vila são as suas casas mais típicas com alpendres e varandas rústicas, mas cheias de beleza, simplicidade e encanto...



Antiga sede dos Bombeiros Voluntários de Gonçalo, encontra-se em aprovação um projecto para a requalificação deste solar; Fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>



Solar dos Cunha Leal; Fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>



Solar da antiga Sede da Guarda Nacional Republicana;
Fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>

Produção de Cestos

Os cesteiros trabalham, geralmente, em dependências das suas casas. Estas, tanto podem ser uma parte do andar térreo, sobre o qual se ergue o resto da habitação, como um pequeno espaço independente, construído para ser a oficina. Embora já existam casos em que se percebe a preocupação de conseguir algum conforto no espaço oficinal a regra, mesmo nas novas

construções é a de uma enorme falta de conforto: não existe janelas, a luz natural entra pela porta de acesso, que comunica com o exterior o que, considerando a duração e características da estação fria, diz muito da penosidade do trabalho de cesteiro. Os interiores das oficinas raramente estão rebocados ou pintados. O cesteiro, que trabalha com materiais rijos e fibrosos, raramente usa luvas, pelo que as suas mãos estão muitas vezes cheias de cortes. A dureza dos materiais exige que, para poderem ser utilizados, sejam mergulhados em água, o que acentua, sobretudo no Inverno, o frio e o desconforto do ofício.

É neste interior, gelado muitos meses no ano, onde a luz escasseia e não existem salamandras ou qualquer sistema de aquecimento, que as mãos do cesteiro transformam a matéria-prima numa produção que, mesmo quando é robusta, é sempre elegante. Para além do vime trabalhado inteiro ou “rachado” (com o auxílio da “rachadeira” um caule dá origem a três ou quatro bocados cortados longitudinalmente) o cesteiro utiliza nas peças de mobiliário ou naquelas que exijam maior robustez, estruturas de madeira, muito simples, feitas por carpinteiro. A oficina raramente apresenta mais do que os diferentes molhos de vime, separados pelo respectivo calibre e qualidade (mais fortes, mais finos, com mais nós, mais compridos, mais cónicos, etc.) e o local onde o cesteiro trabalha definido pelo assento, baixo, e, ao lado, pela mesinha de apoio onde se dispõe uma escassa ferramenta: o furadouro, o martelo, pregos de vários tamanhos, a tesoura de podar, o «endireita toros», as «rachadeiras».

É ao carpinteiro que o cesteiro encomenda os molde que precisa para trabalhar. Nem todos os cestos são feitos com o auxílio de molde, «formas», na terminologia de Gonçalo segundo alguns cesteiros os moldes mais antigos de Gonçalo serão aqueles «tecidos às mãos», em que o cesteiro trabalha, no mesmo movimento, vários caules, inteiros, de vime. Talvez a designação da fantástica «mala de forma» denuncie ter sido o primeiro cesto a ser feito com o auxílio de molde. A mesma «mala de forma» é tal, como muitos outros produtos de Gonçalo, tecida a «Liaça», uma espécie de fitas de vime, resultado do trabalho da «rachadeira» que abre os caules em três ou quatro bocados, os quais são depois «calibrados», ou seja achatados, por uns cilindros, numa máquina própria (a fieira).

É nesta oficina austera que as mãos do cesteiro “erguem” os cestos que agora têm dificuldades em colocar no mercado. “As pessoas deixaram de os comprar”. Dizem entre o espanto e a perplexidade.

Há quem avance uma explicação: o preço que seria muito elevado face a concorrência. Mas será que o preço destes objectos, que significa sobretudo a mão-de-obra que incorporam, é assim tão elevado? Não se vivem tempos em que tem havido dinheiro para tudo?

Talvez que os cesteiros de Gonçalo, como outros da região e do país, ainda estejam demasiadamente vinculados a circuitos comerciais muito ligados a uma ruralidade que, cada dia que passa, se faz mais memória. Talvez que os cesteiros de Gonçalo necessitem de repensar as formas de escoamento que utilizam, talvez, desde há demasiado tempo. O país mudou e mudou muito. Se as feiras mantêm muita da sua capacidade lúdica, cada vez menos serão o local certo para se atingir um público esquivo, seduzido por modelos de comportamento urbanos. Mas essa mesma população que massivamente tem abandonado o interior para se fixar na faixa litoral, ou nos arredores das grandes cidades, necessita nas vivendas, que aos milhares foi construindo, dos muitos cestos que em Gonçalo se continuam a fazer desde sempre. Papeleiras, cestos para a fruta, pequenas estantes, e prateleiras, cestos para a roupa suja, «Patifes» para a roupa lavada, bandejas para a roupa passada a ferram, «Malas de forma» para guardar brinquedos. Gigos para a lenha, um sem numero de usos que os cestos de Gonçalo permitem.



Artesão a trabalhar; Fonte: Urbi et Orbi, nº 437, 10-06-2008

Nas grandes cidades não existem locais, bem situados, onde seja fácil, atraente e acessível comprar cestos. As grandes cadeias de distribuição de utilidades e pequeno mobiliário (e nestas lojas não se incluem as chamadas «lojas dos trezentos») não são portuguesas e nelas só se encontram peças espanholas ou asiáticas.....porventura mais caras que as de Gonçalo.

Neste contexto de profunda desadequação da oferta com os locais onde se efectiva a procura não é de estranhar a importância da crise, traduzida pela diminuição de encomendas e pelo abandono da arte pelos mais jovens, que, se nem todos sentem de igual modo, todos reconhecem.

A vida nunca foi fácil para os activos cesteiros de Gonçalo, gente animosa por natureza, que não sabe virar as costas às dificuldades e ao trabalho. Se souberem definir correctamente os seus objectivos, se conseguirem reorientar-se em relação a um mercado cada vez mais urbano e sofisticado, se

estruturarem as parcerias mais adequadas e congregarem os meios necessários os cesteiros de Gonçalo continuarão, como sempre, a bem tecer, os seus cestos e o seu futuro.

Fernando Nelas trabalha ainda o vime com a mesma alegria com que aos 11 anos começou nesta arte. Saíram das suas mãos os cestos gigantes que estão expostos no Centro Cultural de Gonçalo, assim como peças decorativas, reproduções de monumentos, e a última inovação – os andores que levaram os santos na festa da terra. Uma forma de mostrar que as potencialidades do vime chegam onde chegar a imaginação. «Os cesteiros são todos artistas, podem fazer de tudo com o vime», assegura.



Fernando Nelas Pereira; Fonte:

http://www.kaminhos.com/DirEscrita/fotos_artigos/2006_10_30_0_58_53_3.jpg

Trabalha com desenvoltura e sempre com um sorriso, ainda que a conversa fala da tristeza dos cesteiros sem trabalho e dos jovens que se afastam desta que foi «uma das mais importantes actividades artesanais do país». Numa altura em que ganha importância o artesanato e o turismo, considera que desenvolver a cestaria seria uma boa aposta. Lembra os problemas ambientais causados pelos plásticos e sublinha que o vime é «natural, durável, bonito e uma tradição que nos deve orgulhar, assim exista apoio».

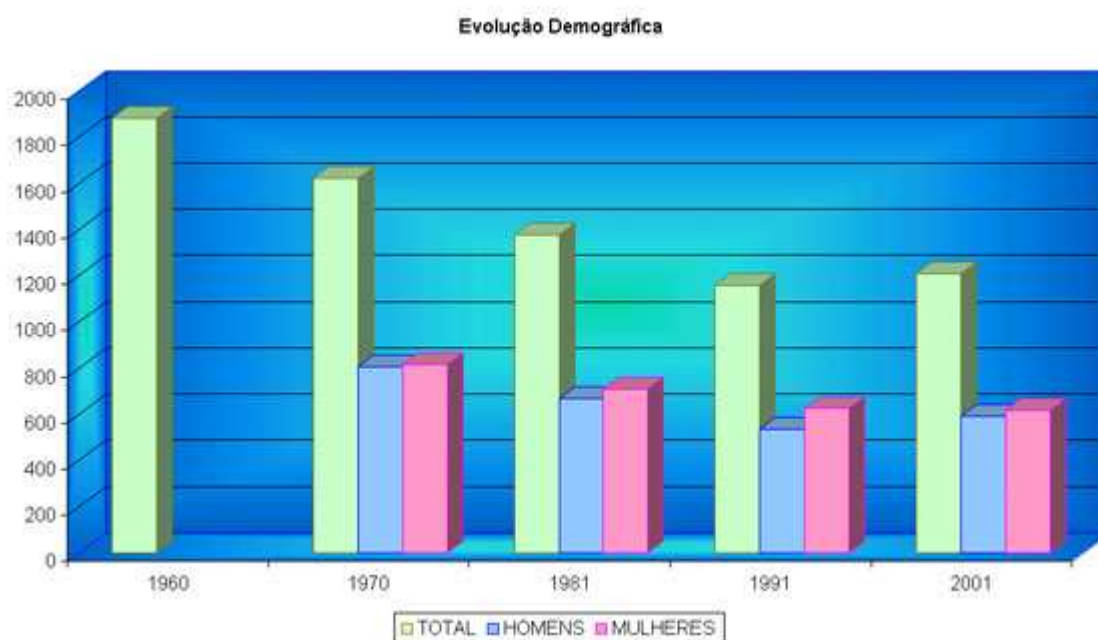


Mala de Forma e Corvelha (cestos gigantes expostos no vestibulo do Edifício Cultural de Gonçalo; Fonte: <http://paginadozedaguarda.blogspot.com/>)

Indicadores demográficos

À semelhança das restantes freguesias do Interior, Gonçalo caracteriza se pela sucessiva perda de população.

1960			1970			1981			1991			1991		
HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1880	-	-	1620	805	815	1376	667	709	1160	535	625	1207	591	616



Fonte: <http://www.admestrela.pt/observatorio/gon%C3%A7alo.html>INE - Censos de 2001

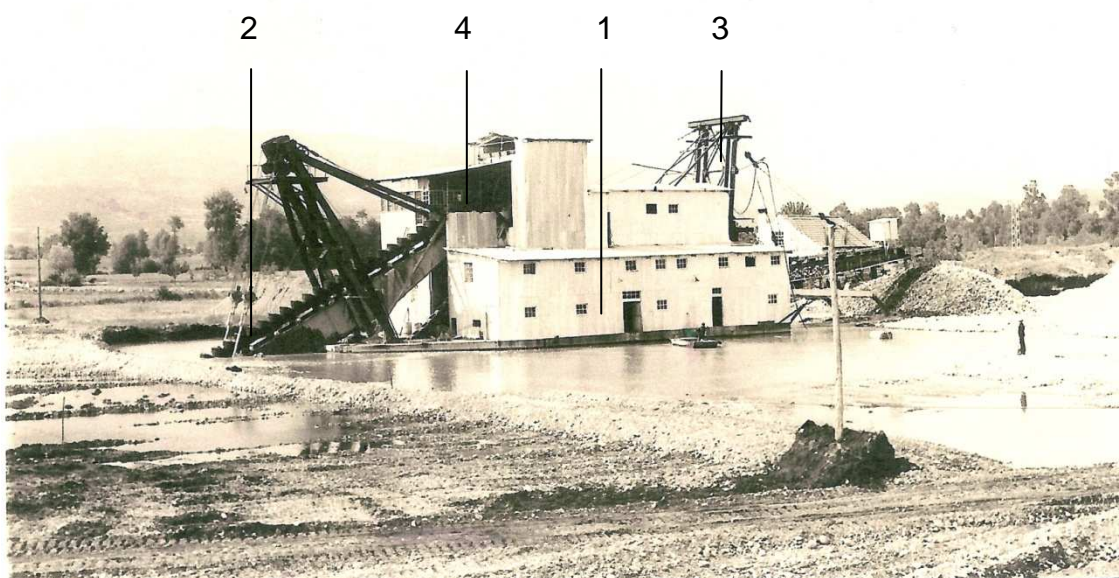
Tal como nos é possível observar, a população de Gonçalo tem vindo a diminuir com o passar dos anos, devido a fenómenos como a emigração e o êxodo rural, em especial na passagem dos anos 60 para os anos 70. Contudo, verifica-se que houve um ligeiro aumento de população na transição de 1991 para 2001, o que pode dever-se ao retorno de alguns emigrantes.

A freguesia de Gonçalo sempre foi, de entre as freguesias rurais do concelho da Guarda, uma das mais populosas e ainda hoje isso se verifica. Outro aspecto importante que ressalta destes dados é a predominância feminina em relação aos homens ao longo dos anos. Esta diferença entre homens e mulheres tem vindo a aumentar, no entanto em 2001 essa diferença esbateu-se mais, tendo havido um aumento nos homens e uma diminuição das mulheres.

Esta freguesia conta ainda com uma densidade populacional de 14,9 habitantes por quilómetro quadrado e um total de 497 famílias clássicas.

A Draga

A draga era composta por quatro partes essenciais: as lavarias, onde se lavava o estanho e a estantalite que era explorado (1); a estrela, a parte que cortava (2); a agulha, a âncora que, como o nome indica, ancorava a draga servindo de eixo (3) e os comandos onde trabalhavam os draguistas (4).



Sobre a primeira Draga pouco se sabe, a longevidade temporal foi influenciando a memória da população em geral e, pontualmente, dos que lá trabalharam e que ainda são vivos.

A segunda Draga tinha três sócios gerentes; José Manuel Duarte, David Alexandre e José Leal da Costa, sendo o ultimo também encarregado geral.

Segundo o senhor José Leal: *“Para a Draga trabalhar tinha que ter no mínimo três metros de água... avançava com o auxílio de umas cordas exteriores em aço e quando se visse que estava mais ou menos no sítio afincava-se outra vez a agulha que pesava vinte e tal toneladas.”*

“A segunda Draga apenas serviu para aperfeiçoar o que a primeira não apanhou.” Enquanto na primeira se deixavam os restos da exploração

amontoados, na segunda tudo era repostado como antes; diz o senhor Zé: *“no total eram dois caterpillars D8 e um D6 a trabalhar só para nós”*.

Esta segunda Draga era mais segura que a primeira porque tinha um temporizador que só permitia a entrada de mudanças *“ponto a ponto”*, enquanto na primeira entravam de qualquer maneira e isso era perigoso; *“um dos empregados, Joaquim Clara ficou sem um braço numa engrenagem com mais ou menos três metros de diâmetro”*.

Conta o senhor Zé Leal que a primeira Draga foi desmontada e levada para Escarigo, perto de Caria, onde esteve três anos. Depois foi trazida de volta para o vale da Gaia e aproveitaram-se algumas peças para montar a segunda Draga, mais ou menos em 1970/71. Esta segunda Draga pesava cerca de 1100 toneladas. *“Todos os automatismos vieram da América em caixotes e cá o senhor Zé é que teve que montar tudo”*.

Com as melhorias dos automatismos, aumentou-se a dragagem da segunda Draga em mais do dobro em relação à primeira.

“Só dentro da Draga trabalhavam: um ao crivo, dois nas gigas, draguistas, oleadores e quatro serralheiros”.

“Tinha três turnos: 8:00/16:00; 16:00/24:00 e 24:00/8:00. No turno da noite apenas trabalhavam: um draguista, um oleador, dois nas gigas e um no crivo”.

“No total eram mais ou menos 80 pessoas que lá trabalhavam; 120 quando era preciso reconstruir estradas”.

O braço que cortava tinha, dependendo do desgaste, mais ou menos oitenta baldes e cada balde, vazio, pesava oitocentos quilos. Os mastros tinham mais ou menos 20 metros (duas colunas que serviam de amarra).

Diz o senhor Zé que não se chegou ao rio Zêzere porque *“lá para baixo não havia estanho”*.

O posto máximo neste trabalho era o de draguista. Todos os draguistas eram da zona de Caria à excepção de um natural das Vendas da Vela, o senhor Agostinho. Segundo ele: *“as alavancas tinham mais ou menos*

1,5 metros de altura e, entre muitas, tinha uma embraiagem, um travão e uma para as velocidades” ... “era preciso ter força”.

Como a exploração corria bem, os sócios mandaram fazer uma terceira draga já com sistemas hidráulicos muito mais sofisticada que esta segunda portuguesa para explorar num deserto no vale do Amazonas, no Brasil. *“Começou-se a fabricar em Mangualde onde, havia mais de vinte serralheiros a trabalhar para construir a nova draga”.*

Um brasileiro que seria o encarregado geral dessa Draga pediu um empréstimo ao Banco Português do Atlântico mas depois deu-se o vinte e cinco de Abril e como não podiam sair fundos do país, o projecto foi abandonado. Das peças fabricadas, umas foram adaptadas para alfaias agrícolas e outras vendidas para a sucata.

“Entretanto o David Alexandre faleceu e os filhos não se entendiam com José Manuel Duarte” ... “o Zé Leal que faça, o Zé Leal que arranje”... “até que eu disse: - Ou se entendem ou vendo a minha cota. Assim foi, acabámos por vender a firma”.

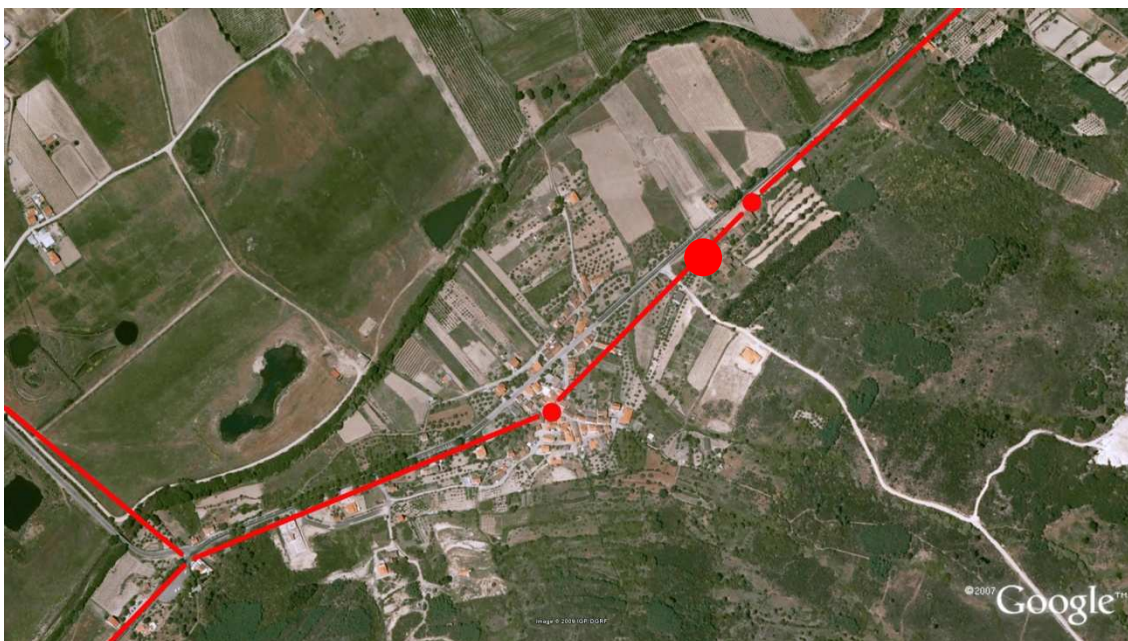
“Foi uma pena, a draga foi desmantelada para a sucata e era a única do país” ... “Dava para fazer um restaurante lá dentro...” Diz José Leal com alento.

Localização?!



A antiga draga explorava todo o vale assinalado, ao longo da Ribeira da Gaia. Existindo a possibilidade de escolha entre dois sítios distintos, achei oportuno desenvolver o estudo enumerando vantagens e desvantagens de ambos, a seguir:

Possibilidade 1, Casas da Companhia, Gaia





Fotos de autor

Vantagens:

- Acessibilidade facilitada pela proximidade com a Estrada Nacional 18;
- Possibilidade de reabilitação de edifícios antigamente pertencentes à “Companhia” de dragagens “Dramin”; (Memória Habitada/ sentida).
- Contacto visual ainda que reduzido com a zona de exploração.

Desvantagens:

- Espaço físico de separação entre distritos. Pertencendo Gonçalo os distrito da Guarda e Gaia ao distrito de Castelo-Branco torna-se muito mais insustentável o propósito principal do projecto, o crescimento de uma economia local de dentro para fora e não o invés;
- Localização em terrenos pertencentes a um partículas caso o projecto seja realizado.

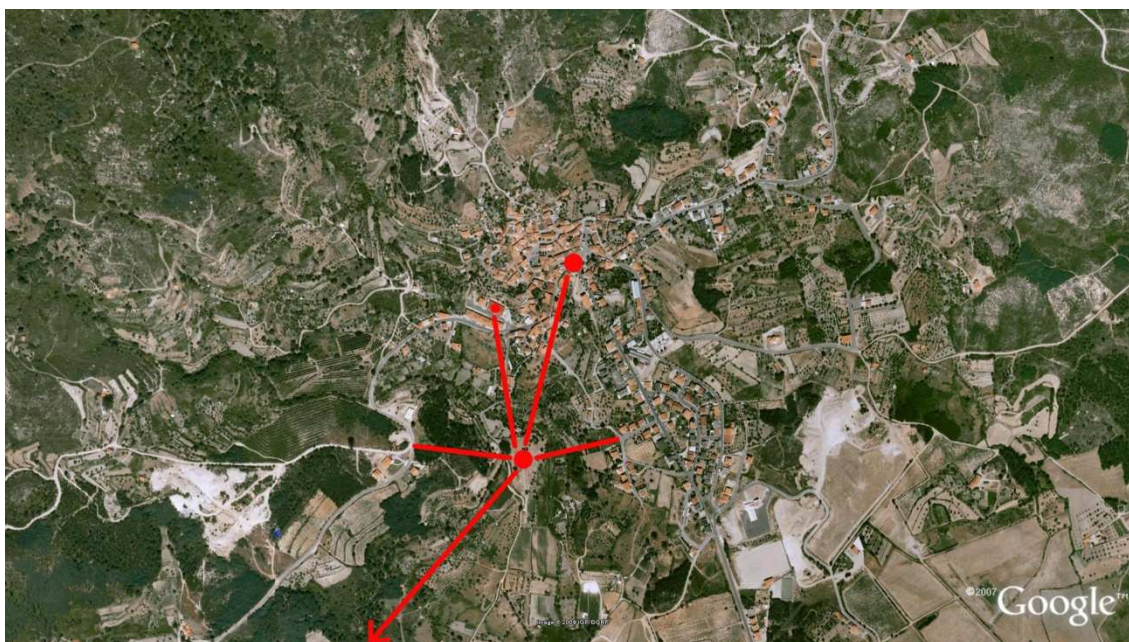
Possibilidade 2, terreno junto ao «Carvalho Grande», Gonçalo

Foto de autor

Vantagens:

- Proximidade do centro da vila;
- Proximidade do Edifício Cultural de Gonçalo, articulando exposições temporárias de maior tamanho, por exemplo;
- Proximidade com duas vias estruturantes da vila, e estrada das «Quintas da Sr.^a da Misericórdia» (à esquerda), e a avenida Principal de acesso a Gonçalo (à direita);
- Proximidade da Estação Arqueológica das Quintas da Sr.^a da Misericórdia.

- Proximidade da antiga Estrada Romana que ligava o Carvalho Grande a Centum Cellas (Colmeal da torre).
- Contacto visual mais amplo com a antiga zona de exploração;
- Possibilidade de articulação com «museu do vime», projecto desenvolvido para este mesmo local por uma aluna de mestrado integrado na Universidade de Coimbra, no ano passado.

Desvantagens:

- Actual acesso menos directo que o da primeira possibilidade;
- Inexistência de marcas físicas de exploração mineira, apenas perpetua a imagem visual de Belmonte ao fundo:

Ainda que a hipótese dois possa ser a mais indicada do ponto de vista económico para a Vila, eu penso o contrário, por isso optei pela primeira localização. Pretende-se assim criar uma economia que não seja local mas sim colectiva. Um edifício muito mais sustentável pelo facto de ser uma requalificação e com uma política muito mais “modernizada” de pensar na economia do interior como um todo e não como uma parte.

Desta forma consegue-se ter articulado uma espécie de triângulo museológico em que os vértices; Gaia, Gonçalo e Belmonte servem de acento à economia que falo em cima.

Depois de fazer uma pesquisa mais exhaustiva no arquivo municipal da Guarda acerca de empresa de explorações Dramin, exploração de minas e dragagens, verifiquei que se efectuaram dois pedidos de licenciamento em 1972 e 1974, respectivamente um barracão e um pavilhão pecuário (ver imagens seguintes). Dada a proximidade da zona de exploração, estes seriam dois edifícios de possível reabilitação, contudo, uma vez que se apresentam com um estado de preservação um pouco desfigurado pela construção de uma

espécie de estaleiro de máquinas por parte do actual dono da Dramin, a ideia de requalificar este sítio será abandonada; também pela distância física que apresenta quer do centro da vila quer do edifício cultural e de qualquer ponto que mencionei na segunda possibilidade.



Foto de autor

Triângulo museológico

Como acontece um pouco por todo o território português, na zona centro existe algumas potências quer de espólio arquitectónico quer de espólio de elementos materiais móveis, (objectos de decoração, fotografias, livros etc.), assim sendo e como estes elementos são parte integrante de uma sociedade de que nos «deu o presente», a algum tempo a esta parte tem vindo a ser realizados alguns excelentes trabalhos no que diz respeito a preservação e aproveitamento destes mesmos patrimónios históricos. Um desses bons exemplos de território é o concelho de Castelo-Branco mais propriamente na vila de Belmonte onde tem vindo a ser realizados trabalhos consideráveis a estes níveis.

Belmonte contém presentemente uma rede museológica reforçada pelo aproveitamento de todos os antecedentes históricos como a igreja de Santiago e do Museu dos descobrimentos são disso um excelente exemplo para não falar da sinalização urbana e da Quinta da Fornea, contudo, este aproveitamento de património histórico não se esgota apenas a estes lugares que referi, visto que Belmonte, terra em que o judaísmo e a Herança dos Cabrais estão ainda bem vivos. Para visitar a rede museológica local pode começar-se pelo Castelo e a exposição dedicada a Centum Cellas na torre de menagem, para depois prosseguir pela Igreja de Santiago, Museu Judaico, Ecomuseu do Zêzere, e o novo museu dos descobrimentos, terminando finalmente no museu do azeite, contudo não basta só implementar as

estruturas mas também é necessário fomentar as visitas as mesmas para tal foi disponibilizada aos vistantes a possibilidade de adquirirem um bilhete único que permite visitar todos os museus da Vila pelo preço de 7,5 euros (a entrada no Museu dos Descobrimentos custa, desde ontem 5 euros), uma medida que merece um forte elogio.

Descrevendo agora mais pormenorizadamente estes locais de possível visita.

Igreja de Santiago, anexa à qual se encontra o Panteão dos Cabrais, foi transformada recentemente num centro interpretativo dos Caminhos de Santiago que todos os anos levam inúmeros peregrinos a Santiago de Compostela. O espaço e os meios de informação estão muito bem conseguidos.

Museu Judaico de Belmonte. Excelente organização do espaço e ambiente interior, com peças interessantíssimas e um impressionante memorial das vítimas da Inquisição.

Ecomuseu do Zêzere, projecto no qual colaboraram a EPAL e a EDP, mostra o perfil e a fauna e flora ao longo do curso do Rio Zêzere, desde a sua nascente no maciço central da Serra da Estrela, até desaguar no Tejo em Constância. Este museu, bem organizado, encontra-se instalado na antiga Tulha (celeiro / armazém) dos Cabrais, tendo sido preservada a traça original do edifício.

O Museu do Azeite; não muito longe do Ecomuseu do Zêzere, o Museu do Azeite está instalado no antigo lagar de Belmonte, do qual conserva ainda toda a maquinaria. Num percurso relativamente curto e bem assinalado, o visitante tem a oportunidade de conhecer todas as técnicas de produção de azeite, para além de aprender sobre a origem e a importância da cultura da oliveira (introduzida na Península Ibérica pelos romanos que exploraram em larga escala a produção de azeite).

À saída, para além de ser possível adquirir produtos regionais, de vinho a azeite, passando por doces e uma pasta de azeitona que o visitante é "mimado" com uma prova de azeites, acompanhado por pão e broa... isto sim, uma delícia!

Museu dos descobrimentos; em todo o território nacional é o primeiro museu dedicado à temática dos descobrimentos. A ligação entre Portugal e Brasil é feita com história e multimédia, sempre a partir de Belmonte.

“Rasgar” oceanos até ao Brasil a partir de Belmonte parece um objectivo inalcançável, principalmente se tivermos em conta que a dita viagem começaria numa terra do interior que nem sequer é banhada por um rio. Todavia, é de inconcebíveis e de genialidade que a história de Portugal se escreve. Belmonte gosta de honrar a tradição. Passados mais de 500 anos desde que a primeira armada portuguesa, comandada pelo belmontense Pedro Álvares Cabral aportou em terras de Vera Cruz, os responsáveis pela autarquia resolveram honrar esse feito e lançaram-se numa nova aventura: criar o primeiro museu nacional dedicado aos Descobrimentos. Um feito grandioso que, apesar de integrado nos programas escolares, não tinha, inexplicavelmente, qualquer espaço físico que permitisse demonstrar e interpretar este momento da história.

Mas, como diria Pessoa, “o homem sonha, a obra nasce”. Assim o município pôs mãos à obra. Concebeu o projecto e candidatou-o a diferentes fontes de financiamentos (investimento global de dois milhões e meio de euros, 60% comparticipados) e iniciou a obra no solar onde terá vivido a família de Cabral

Assim espera-se que estes feitos não se esgotem nem terminem, e que se estendam para outros lugares de importância como é o caso da criação de um núcleo interpretativo da Extração Mineira Proposto para a aldeia de Gaia mais propriamente num terreno encostado a estrada nacional¹⁸ cujo local contem antepassados quer móveis quer imóveis ligados a esta temática e adquirindo assim mais um foco de ligação com os antepassados destas terras e um regresso ao passado. Este núcleo interpretativo pretende estabelecer uma ligação organizada entre o museu da cestaria projectado para a vila de Gonçalo e os vários espaços museológicos de Belmonte visto ser um ponto de passagem de visitantes. Pretende-se adquirir uma leitura como se de um ciclo de recursos dependentes se tratasse pois todos estes espaços museológicos retratam a vida das pessoas e as suas vivências nesta região logo dependentes e interligados pois estes retratam a alma de uma terra e de uma região e das pessoas que nelas se encontram, pretende-se ainda que os visitantes encontrem neste espaço uma ligação entre o presente e o passado como que um regresso às origens.

Remodelação / Reabilitação

Segundo textos escritos Remodelação/Reabilitação consiste na conservação do construído seja classificado ou não, obviamente terá mais peso no aspecto classificado e monumental, visto as exigências históricas e estéticas serem maiores.

A Remodelação/Reabilitação tem um papel fundamental, sendo igualmente relevante o seu papel na conservação do património arquitectónico das cidades e das respectivas pré-existências locais.

A Remodelação/Reabilitação distingue-se da “Reconstrução” total da edificação. A Remodelação/Reabilitação obriga a analisar o património arquitectónico pré-existente à intervenção projectual como um bem histórico, arqueológico ou arquitectónico, com valor relativo, para futuramente o confrontar com um programa de futuro uso e com as respectivas exigências urbanísticas, regulamentares e económicas.

A qualidade de um projecto resulta da capacidade de se entenderem os valores que se encontram presentes, a fim que cada Remodelação/Reabilitação assuma um perfil próprio que combine diversos critérios.

Existem vários níveis de Remodelação/Reabilitação, superficial quando próxima da *conservação* corrente, média, profunda quando se conservam pouco mais que as paredes principais (como é este caso), e especial quando a complexidade e o valor da pré-existência são elevados.

É normal a combinação de vários factores, desde a inovação na reutilização da pré-existência, na utilização de novas formas e materiais, consoante as diferentes características específicas da pré-existência sejam, de elevado ou reduzido valor histórico, artístico, cultural ou material.

A arquitectura permite, ao longo da história, que se lhe sobreponham outras formas, que dela se faça uma outra utilização, e se lhe acumulem novos significados.

Existente

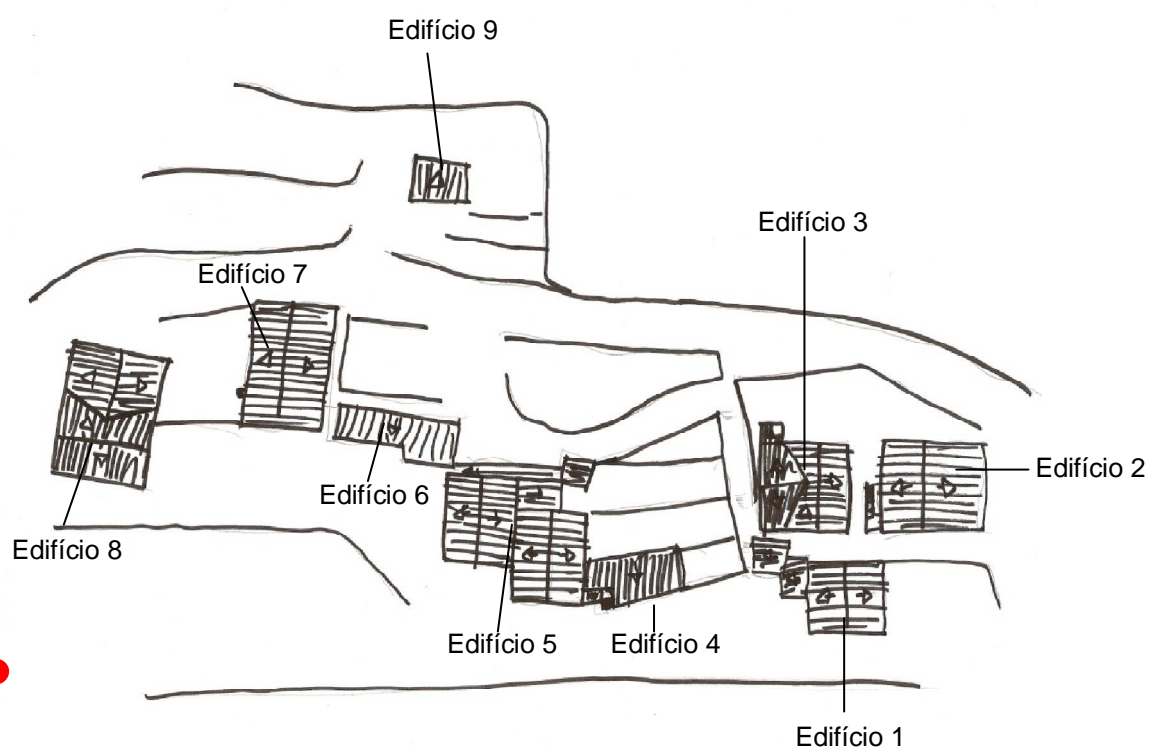
O terreno tem uma área de aproximadamente 8330 metros quadrados e divide-se nitidamente em duas áreas distintas. Uma mais directa e outra mais

indirecta, devido à posição dos diferentes volumes em relação à entrada existente no terreno e à saída que proponho.

Com vista a um melhor esclarecimento sobre o existente, apresento a seguir alguns esboços e fotografias que o tentem mostrar mais objectivamente.



Fotomontagem de autor



Esboço da implantação

Edifício 1 - Garagem



Fotos de autor

Edifício 2 – Casa do encarregado



Fotos de autor

Edifício 3 – Casa da GNR



Fotos de autor

Edifícios 4 e 5 – Escritórios



Fotos de autor

Edifício 6 – Instalações sanitárias e Adega



Foto de autor

Edifício 7 - Oficinas



Fotos de autor

Edifício 8 – Armazém



Fotos de autor

Edifício 9 – Pombal



Fotos de autor

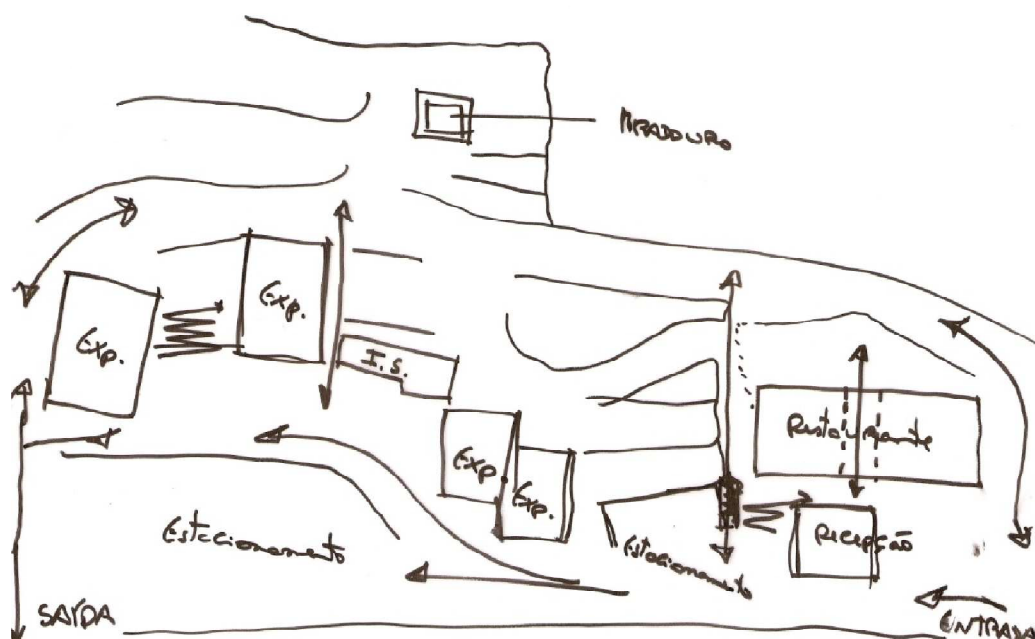
Proposto

A ideia consiste em manter o mais fiel possível o existente, mexendo de forma mais radical nos edifícios dois, três e nove por possuírem uma estrutura da madeira muito degradada e sem hipótese de recuperação. Os outros volumes à excepção da adega e instalações sanitárias que continuarão a ter mais ou menos a mesma função, passam a ter um carácter mais efémero, traduzido em salas de exposição.

Tudo o que se destina a exposição “ergue-se” do solo através de volumes o mais fiel possível aos originais; as áreas técnicas são enterradas para não

serem tão facilmente avistadas e as áreas com um uso que não é expositivo são revestidas a madeira. Assim consegue-se ter logo uma leitura dos edifícios e dos usos sem ter de perguntar onde é o quê.

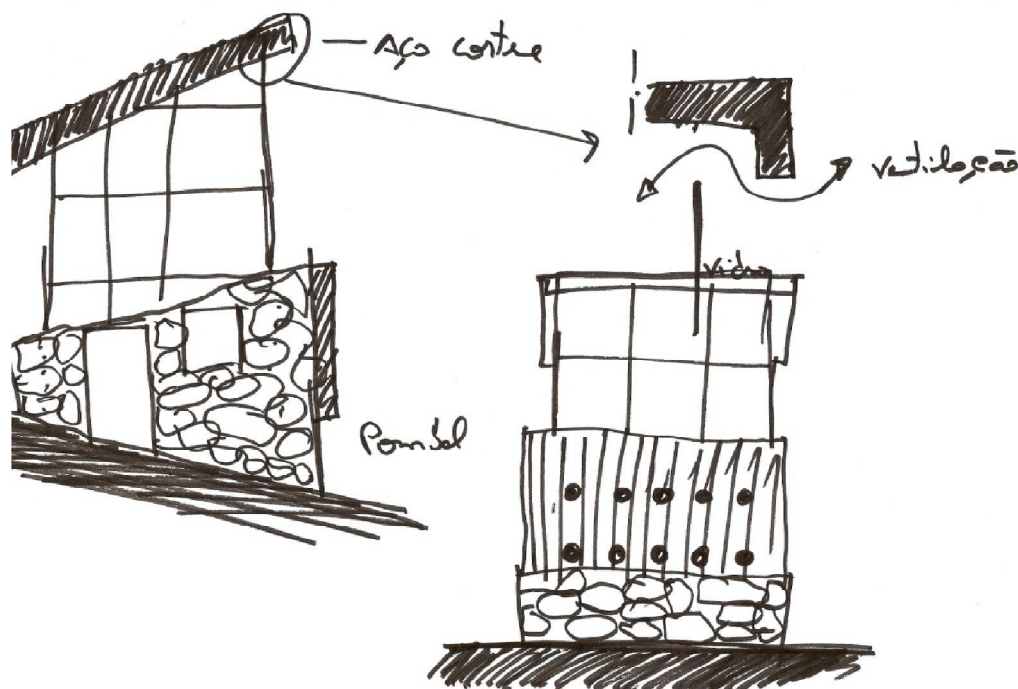
Posto isto, a garagem dará lugar à recepção de todo o espaço e a um espaço de venda de produtos regionais; o edifício da casa do encarregado e a da GNR agrupam-se para dar lugar a um restaurante, bar que depois se desenvolve com as áreas técnicas em cave, possibilitando assim uma entrada pelo nível da recepção. Este tem, resultante da necessidade de manter a leitura de descontinuidade entre os volumes, um pátio ajardinado que leva luz até às áreas técnicas, possibilitando assim melhor trabalho, (ver desenhos 21 a 26).



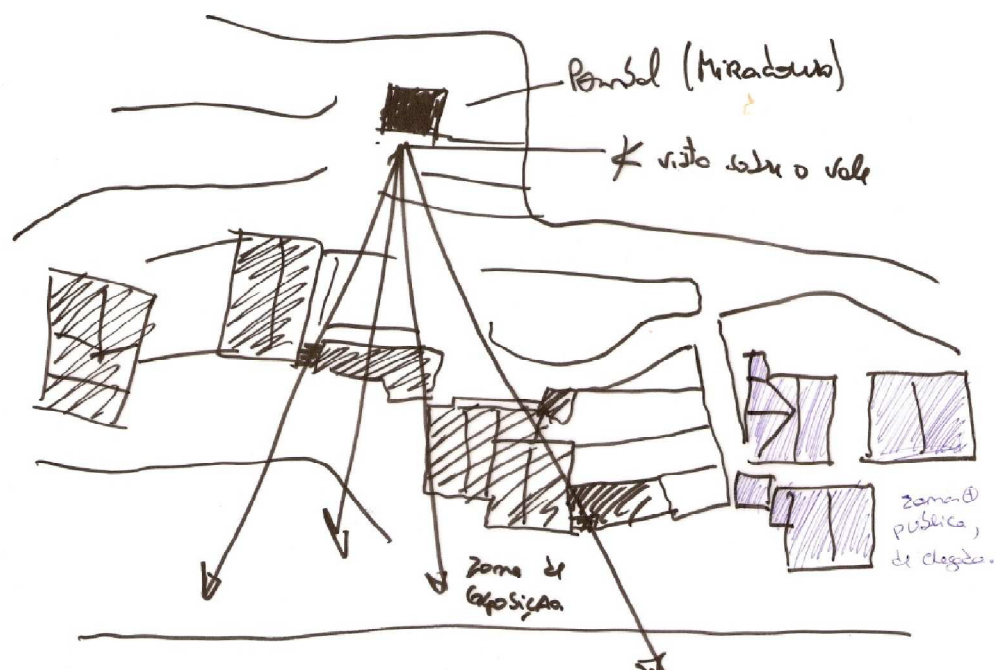
Planta resumo de acessos e usos

O edifício quatro irá dar lugar a estacionamentos para as primeiras necessidades logo à entrada como por exemplo para pessoas de mobilidade condicionada. Existirá ainda outro estacionamento num nível mais baixo, junto às salas expositivas, pela proximidade física.

O edifício seis passará a funcionar como instalações sanitárias e, ao lado terá uma sala de provas de vinho da região. Já o edifício nove vai manter-se como está a nível de casca, apenas com os tratamentos devidos para que se mantenha e, no seu interior vai nascer uma “torre”, um miradouro que se eleva acima do sítio das pombas e que permite que estas continuem a ser vistas enquanto as pessoas sobem a escada que lhes vai permitir ter uma visão sobre grande parte do vale da ribeira da Gaia; uma espécie de gaveta que se abriu na vertical.



Pormenores do pombal



Esquema de vista sobre o vale

Os edifícios cinco, sete e oito funcionarão como exposição, sendo o segundo completamente aberto no rés-do-chão onde através de um corredor que contorna uma caixa de vidro, podemos observar material expositivo de maior porte.

Acabamentos

Estrutura

Todas as paredes são de pedra à exceção das dos volumes do restaurante; resultante do sistema estrutural da altura em que foram feitos os edifícios, não foi necessário efectuar qualquer trabalho para reforçar a estrutura existente.

No restaurante, as paredes de betão armado que se encontram na cave, depois dão origem a pilares em ferro H, possibilitando assim um aligeiramento da estrutura e conseqüentemente a possibilidade de ter vãos maiores.

A estrutura do pombal / miradouro também será metálica e trabalhará independentemente da estrutura pré-existente em pedra, como já referi.

Coberturas

A estrutura de cobertura é substituída por sistema de madeiramento tradicional de asnas simples similar ao existente. Propõe-se para a estrutura a utilização de madeira lamelada colada com área de secção 20x12cm nos vigamentos e madres; e 15x12cm nos prumos e escoras.

A nível de acabamento interior e isolamento térmico propõe-se a aplicação de painel sandwich ondulado de acabamento friso de abeto (tipo forro “lambrim” envernizado) de espessura de 5,9cm.

No assentamento de telhas serão utilizadas placas de subtelha ondulado com altura de onda 24mm, que constitui um sistema de telhado ventilado que funciona como isolante de humidades e infiltrações.

A telha Marselha existente, que se encontre em boas condições, será reaproveitada.

Alvenarias / Isolamentos

Todas as paredes que têm pedra à vista serão devidamente tratadas com argamassas específicas.

As paredes interiores das zonas de exposição e da recepção / venda de produtos da região serão revestidas a placas de isolamento térmico e acústico tipo “Wallmate CW 120” da marca down de 12cm, assegurando um melhor isolamento térmico e acústico.

As restantes paredes serão revestidas a gesso cartonado mais ou menos espesso, dependendo de se tratar de paredes de muros de suporte que sofrem mais infiltrações, ou de paredes interiores. Nas caves as paredes são em betão por questões estruturais.

Acabamentos exteriores

Nas fachadas em pedra propõe-se a remoção do reboco (aplicável apenas na extensão de parede referida da fachada posterior), remoção parcial da argamassa das juntas e posterior reposição com injeção de caldas ou resinas fluidas para preenchimento dos vazios interiores e aplicação de novo reboco.

Propõe-se também a injeção de resinas na selagem de fissuras e a substituição de elementos degradados: substituição pontual de elementos degradados com desmonte e reconstrução da alvenaria.

É uma técnica que permite a intervenção in-situ sem alteração do aspecto estético, que se destina, essencialmente, a melhorar as características resistente da alvenaria de pedra.

As novas paredes propostas terão revestimento de reboco com argamassa hidrófuga de cimento de areia, incluindo a adição de produto hidrófugo tipo SIKALITE, sobre alvenaria, seguindo-se de pintura sobre reboco a tinta plástica branca.

Caixilharias Exteriores

Serão do tipo Extrusal, de guilhotina, série B.007, à exceção das que dão para o pátio do restaurante que serão do tipo Extrusal, série basculante, fixo, de batente e/ou de correr.

O acabamento é termolacado de cor cinza claro. As folhas serão compostas por perfis tubulares de alumínio com 50mm de vista, acabamento termolacado.

Os vidros serão do tipo "CLIMASOL", composto por uma chapa interior em vidro temperado atérmico transparente, com 6mm de espessura, câmara estanque de 8mm e chapa exterior em vidro temperado FLOAT incolor com 6mm de espessura.

Os perfis são em alumínio e os vãos posicionados a uma altura superior a 1,5m relativamente ao pavimento.

Portas exteriores

As portas envidraçadas serão de funcionamento manual de vidro laminado, tipo LAMILUX (COVINA), composição 44.1 com espessura 12mm, transparente, liso, com elementos de fixação em inox.

As portas metálicas serão em chapa de aço galvanizado prelacado, de cor cinza claro, incluindo remates e todos os acessórios necessários para o seu funcionamento manual.

As portas do restaurante e da recepção serão automáticas.

Portas interiores

De abrir e de correr, em madeira de carvalho, a empregar nos aros, aduelas, guarnecimentos, com cor e veio uniformes, sem nós ou rachas, para receberem verniz mate. As folhas das portas serão tipo Placarol a envernizar a mate.

As portas de correr do sistema de fecho das janelas das salas de exposição serão e da recepção / venda de produtos regionais; serão em chapa de aço galvanizado

prelacado, de cor branca, incluindo mecanismos e todos os acessórios necessários ao seu bom funcionamento manual, da marca OPEN SPACE (ver anexo).

Acabamentos interiores

Acabamento de revestimento de paredes em reboco, executados com argamassa de cimento e areia, com acabamento areado fino. Pintura sobre reboco a tinta da água de cor branca.

Acabamento com material cerâmico nas zonas de cozinhas, instalações sanitárias e em todas as áreas técnicas do restaurante da marca Margres, 15x15cm.

Pavimentos

Nas áreas técnicas do restaurante, instalações sanitárias e cozinhas, pavimento cerâmico da marca Margres, 30x30cm.

Nas salas de exposição, recepção e zona da vendas de produtos regionais, assim como nas áreas publicas do restaurante, Lamparquet em madeira maciça de carvalho em réguas de 75x350x10mm devidamente seco e estabilizado. Aplicado por colagem em ripado de madeira. Depois de aplicado proceder-se-à ao seu afagamento e enceramento.

Guardas e corrimãos

Serão executados em tubos de inox de acordo com o projecto e fixados com pateres e buchas metálicas.

Tectos e Iluminação

As áreas de exposição e pública do restaurante terão o madeiramento do telhado à vista. A iluminação será feita por focos suspensos da marca “PRISMA”, modelo Optalum 19, com casquilho de 2,7cm, de cor cinzenta.

Nas restantes áreas o tecto será falso em placas de gesso cartonado, com focos embutidos, com isolamento térmico e acústico realizado por manta de lã de rocha de 4cm de altura, pintado a cor branca. Os focos embutidos da marca “PRISMA”, ref. “Slam 210 PH”. Nas casas de banho e zonas técnicas onde há mais libertação de vapor, os tectos serão das mesmas características mas com hidrófugo.

Equipamento

As louças sanitárias serão suspensas da marca “Sanindusa”, ref. “Reflex” de cor branca.

As torneiras misturadoras da marca “Sanindusa”, modelo Torus, cromadas.

O equipamento de restauração será de inox e aplicado por firma devidamente certificada para o fazer.

Arranjos exteriores

Consultar folhas 19 e 20.

- Pavimento de saibro estabilizado;
- Lagetas de granito bujardado 50x50x5;
- Cubos de granito 10x10.

Iluminação exterior

Nas escadas serão aplicados focos laterais de iluminação, da marca “Prisma”, modelo insert1 de cor branca.

Em percursos e rampas a iluminação de pavimentos será feito com o modelo Cyclobat da marca “Prisma”, com casquilho de 1,4cm, de cor cinzenta.

A iluminação de fachadas e muros será feita recorrendo ao modelo Cycloplap 30, também da marca “Prisma”, com casquilho de 2,7cm, com reflector assimétrico, e de cor cinzenta.

Listagem de peças desenhadas

Designação	Folha
Existente	
Localização	00
Implantação	01
Edifício 1	02/04
Edifício 2	05/06
Edifício 3	07/08
Edifício 4	09
Edifício 5	10/12
Edifício 6	13
Edifício 7	14/15
Edifício 8	16/17
Edifício 9	18
Proposto	
Implantação	19/20
Recepção mais restaurante	21/26
Edifício exposição 1	27/29
Instalações sanitárias e sala de provas	30
Edifício exposição 2	31/32
Edifício exposição 3	33/34
Miradouro / Pombal	35
Secções do terreno	36/38
Amarelos e vermelhos	39 /41
Pormenorização	42/44

Anexos

CAIXILHOS PARA PORTAS DE CORRER ENCASTRÁVEIS

ÚNICO



É o modelo base de toda a gama Openspace, composto por um caixilho para uma única porta que pode ser aplicado tanto à esquerda ou à direita da abertura do vão.

A solução ideal para economizar espaço em cozinhas, casas de banho, despensas e qualquer espaço comercial e hoteleiro.

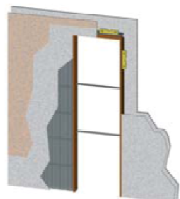
ESPESSURAS

INTERIOR DO CAIXILHO	PAREDE DE TIJOLO	PAREDE EM GESSO CARTONADO	ESPESSURA DA PORTA (MÁX)
49	70	70	35
69	90 / 110	90	55

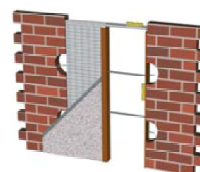
: DESENHO TÉCNICO



: APLICAÇÕES



:: Caixilho para aplicação em parede de gesso cartonado.



:: Caixilho para aplicação em paredes de reboco.

DIMENSÃO DA PORTA	VÃO LIVRE	VÃO TOTAL DE OBRA
	*	
600x2000	575x2000	1300x2080
600x2100	575x2100	1300x2180
600x2400	575x2400	1300x2480
700x2000	675x2000	1500x2080
700x2100	675x2100	1500x2180
700x2400	675x2400	1500x2480
750x2000	725x2000	1600x2080
750x2100	725x2100	1600x2180
750x2400	725x2400	1600x2480
800x2000	775x2000	1700x2080
800x2100	775x2100	1700x2180
800x2400	775x2400	1700x2480
900x2000	875x2000	1900x2080
900x2100	875x2100	1900x2180
900x2400	875x2400	1900x2480
1000x2000	975x2000	2100x2080
1000x2100	975x2100	2100x2180
1000x2400	975x2400	2100x2480
1100x2000	1075x2000	2300x2080
1100x2100	1075x2100	2300x2180
1100x2400	1075x2400	2300x2480
1200x2000	1175x2000	2500x2080
1200x2100	1175x2100	2500x2180
1200x2400	1175x2400	2500x2480
1400x2000	1375x2000	2900x2080
1400x2100	1375x2100	2900x2180
1400x2400	1375x2400	2900x2480

Medidas em milímetros

* O vão livre de passagem é 25 mm inferior depois de aplicado o aro.

Bibliografia

Livros

NEVES, José Manuel das - Casas Recuperadas II, Caleidoscópico.

CUNHA, Luís veiga da - Desenho Técnico, Gulbenkian.

CAMPOS, João Pedro Falcão de – habitar Portugal: Caleidoscópico – edições e artes gráficas, S.A, Setembro de 2005.

SAUER, Bruno – Hacia una arquitectura sostenible - colégio territorial de arquitectos de valência, Espanha – Fernando Gil S.A.

BAHAMÓN, Alejandro; Pérez, Patricia – analogias entre o mundo mineral e a arquitectura contemporânea – Junho de 2008, Espanha – Dinalivro.

Catálogos

Projecto de Normas e Recomendações para Obras Em Património Edificado, proposta de Regulamento Municipal do Património para intervenções essencialmente às escalas da arquitectura e do urbanismo, IPPAR/DRCB.

MUSEU DE SERRALVES – Visões e Utopias, Desenhos de arquitectura do Museu de Arte Moderna, Nova Iorque. Porto: Fundação de Serralves, 2003.

Locais

Câmara Municipal da Guarda

Câmara municipal de Belmonte

Arquivo Municipal da Guarda

Arquivo Municipal de Belmonte

Junta de Freguesia de Gonçalo